

Não permitamos que os lobos o molestem

Gosto de entrar em igrejas vazias. Dou comigo a pensar que talvez Deus tenha saído por instantes e isso me dispense de cumprir as rígidas regras que, impostas em Seu nome, me afastaram, um dia, de Sua casa. Afinal, como lembra um belíssimo haiku em “A Papoila e o Monge”, de José Tolentino Mendonça, “muitas vezes Deus prefere entrar em nossa casa quando não estamos”.

É muito generoso este vosso desafio para que entre e fale. Agradeço, aflito e comovido. O que aqui disser será fruto de um olhar desassossegado de fora para dentro. Esse desassossego é irmão daquele com que caminho, por vezes, como se andasse perdido, na cidade.

Neste entre dentro e fora, algumas vezes eu ousou entrar na casa onde celebrais. Não ponho joelho no chão, nem no peito a mão. Nenhuma palavra aflora aos meus lábios. Entro, apenas. Permaneço em pé e em silêncio. Não digo, como o Drummond, diante da igreja de São Francisco em Ouro Preto: “Senhor, não mereço isto./ Não creio em vós para vos amar”. Na verdade, é como se regressasse à casa da infância antes de nela me terem assaltado a dúvida e a recusa de todas as purgas, purgatórios, infernos, culpas e pecados, mais ou menos originais. Reentro, e nem sempre sinto que Ele tenha saído, por instantes. Mas sempre sinto um misto de perplexidade e apaziguamento. Anoto o que foi mudando na celebração, ao longo destes anos de afastamento. Paradoxalmente, por mais crítico que permaneça quanto à antiga norma, sou muitas vezes sensível ao desalento que Adélia Prado não pode conter quando diz: “A gente sai da igreja com vontade de procurar um lugar para rezar”. Adélia Prado refere-se à missa como “a coisa mais absurdamente poética que existe. O absolutamente novo, sempre”. Mas, confrontada com a necessidade de reconquistar a beleza para as celebrações litúrgicas, cita o padre Max Thurian, que se converteu ao catolicismo após o Concílio Vaticano II: “É indispensável redescobrir o canto-oração. Porque o que se canta nas igrejas, por mais efusivo, não ajuda a rezar”. Adélia Prado considera que “não há silêncio. E não havendo silêncio não há audição”. “Não ouço a palavra, porque não ouço o mistério. E eu estou ali – diz ela – para celebrar o mistério”.

Um templo não é um rossio de tambores, nem a desejável alegria das suas celebrações se deve confundir com uma espécie de entretenimento da fé. Mas eu lembro-me da conversa, em Entre-os-Rios, à mesa com o padre Marílio Costa, 74 anos, pároco de Rio Mau. Este homem, a quem D. António Ferreira Gomes chamava “bispo regional”, contava-me que as pessoas podem falar durante as suas missas. Que as estimula para essa conversa. E uma vez, chamado a celebrar um casamento para os lados de Castelo Branco, diante do silêncio tumular e das cataduras sombrias, pediu aos presentes: “Por favor, ao menos sorriam, que me estou a sentir mal”. O padre Marílio não foi contagiado pela “doença da cara de funeral” que o Papa Francisco diagnosticou, há tempos, entre o catálogo das doenças da Cúria.

Se, no que se segue, vos parecer que, por momentos, afivelo cara de funeral, peço que considereis a possibilidade de isso resultar da seriedade com que tentarei alinhar, como me é sugerido, um fio de inquietações. A primeira refere-se à indiferença que parece ser hoje a atitude prevalecente, uma espécie de marca dos dias. “A globalização da indiferença”, como lhe chamou o Papa. E contudo, essa indiferença corre paredes meias com a atenção basbaque à exibição mediática da dor e do desamparo. Passado o momento de voyeurismo (que é, cada vez mais, o momento em que tudo fazemos para sermos vistos, vendo) regressamos ao casulo da insensibilidade.

Um em cada quatro portugueses vive na miséria. Em meados de Março, Jardim Moreira, presidente da Rede Europeia Anti-Pobreza, foi expor à presidente da Assembleia da República a sua forte preocupação quanto à falta de uma estratégia nacional para o combate a esta tragédia. Ora, em 2008, tinha sido aprovada pela Assembleia uma resolução na qual explicitamente se referia que a pobreza “conduz à violação dos direitos humanos”. Como bem lembrou Jardim Moreira, essa resolução não teve consequências até agora. E mais lembrou que o combate à exclusão social se tem reduzido, nos últimos tempos, a “um conjunto de medidas avulsas que visam fundamentalmente aliviar as carências mais prementes das famílias”. A meu ver, o combate à pobreza é hoje o combate prioritário a que as comunidades, crentes ou não, devem entregar-se. A Igreja tem, nesse combate, uma obrigação de severidade. Dela se espera que faça de todos os púlpitos um rossio e diga palavras sem adorno, zangadas e cruas, porque é de fome de justiça que se trata.

Agora estando os cristãos convocados para um Sínodo de grande importância, muitos são os pretextos para lembrar o vento de renovação do Concílio Vaticano II. Mas neste tempo, pautado por uma economia que mata (como a definiu o Papa) talvez se imponha com mais acuidade aquilo que foi o essencial da Conferência de Medellín, convocada pelo Conselho Episcopal Latino Americano em 68. Medellín diz-nos, pelas vozes da maioria do episcopado da América Latina, que a pobreza infligida injustamente “nos afasta de Deus”.

Espero que a Igreja vá muito além do assistencialismo. Que discuta, na praça pública, as perversões e os perigos das políticas de austeridade que fazem da pobreza combustível para a exclusão e para a marginalidade. Sabemos como a pobreza transformada em destino, em condição irremediável, abre caminho a contextos de deriva populista e mesmo de totalitarismo. Esta realidade bate à porta da Igreja, onde encontra, muitas vezes, a única resposta. A Igreja conhece-a bem. Há dias, em Fafe, o cardeal Maradiaga referiu-se-lhe com estas palavras: “Para nós, a pobreza não é um número, é o rosto de gente com quem convivemos e que se aproxima da Igreja porque não tem mais a quem recorrer”. A Igreja tem a autoridade de último reduto que lhe permite afrontar os poderes, exigindo respostas sérias para a dor do mundo.

É importante que outros, dentro e fora da Igreja, tomem a palavra como fez recentemente D. Vitalino Dantas, o bispo de Beja, em entrevista ao Público. O que disse ele? Disse que “este sistema económico, se não for acompanhado, pode levar à exclusão”. Que “uma sociedade que cultiva desigualdades e que exclui cidadãos não tem futuro. Pode provocar uma crise social e dar origem a convulsões que a desagregam”. Disse que “o bispo tem de ir à frente e às vezes meter-se no meio. Tem de sujar as mãos”. Todos temos de sujar as mãos.

Muitas vezes, no trabalho desenvolvido na rádio, procuro pontes com as vozes que do interior da Igreja desafiam a minha consciência de cidadania. Estou mais atento a essas vozes, cuidando que elas não pretendam catequizar-me. Quando elas estão perto do clamor das ruas descubro, sem esforço, uma afinidade e uma possibilidade de compromisso que não reconheço já tão facilmente nas propostas partidárias, tantas vezes inquinadas por um tacticismo calculista. Estou disponível para aprofundar esse compromisso. Se ele se centrar na batalha pela dignidade humana. Se essa batalha for

travada com palavras audazes, sem slogans ou ladainhas, afrontando zonas de sombra criadas pelas políticas insanas que violentam, vilipendiam e empobrecem a comunidade dos homens. Se ela denunciar a desvalorização do trabalho, a precariedade instalada, o empobrecimento material e espiritual de uma sociedade sob chantagem permanente de uma economia especulativa, a insegurança sentida pelos jovens (mesmo os mais qualificados), os estrangulamentos do acesso ao conhecimento e à cultura, crescentemente entendidos como matéria reservada às elites. Se ela não ficar em silêncio quando o Fisco penhora alimentos destinados a famílias carenciadas; ou quando as nomeações para cargos na administração pública violam as mínimas regras de transparência; ou quando o chefe do governo considera a necessidade de reduzir, ainda mais, os custos do trabalho; ou quando a privacidade dos cidadãos é devassada por escutas não legitimadas judicialmente.

Perdido e confuso na cidade, o que espero da Igreja (esta Igreja de que me afastei)? Que faça política? Sim, espero que faça inequivocamente política. D. Vitalino Dantas não diz nada de muito diferente. Defende que o bispo tem de “orientar não apenas dentro da igreja. Pois também lhe cabe a intervenção social, familiar e política”. O bispo ressalva que “não se trata de orientar politicamente, porque isso em democracia é para os partidos”. Mas não foge à evidência do papel político da Igreja, no sentido em que ela tem “um compromisso de fidelidade com o bem das pessoas, não só o espiritual. O bem social, familiar, a dignidade, a educação”. “Não se pode alhear”, conclui D. Vitalino, para quem “a justiça está muito subalternizada ao poder político e o poder político está muito nas mãos dos grandes capitais.”. É preciso que outros bispos digam em voz alta o que há a dizer, em plena cidade. É preciso que não deixem este Papa admirável a falar sozinho, nem o deixem entregue aos “lobos” de que fala há, pelo menos, um ano o vaticanista Marco Politi. Inicialmente silenciosa, a oposição ao arejamento provocado pelo Papa Francisco mostra-se cada dia mais agressiva. Que dizem esses? Que o Papa fala excessivamente de pobreza. Que fala demais. E quem são os lobos? Politi responde: São os adversários na Cúria e fora da Cúria, o mundo económico, com cujos interesses Francisco está a interferir.

As notícias insinuem o fim de um estado de graça. Nos corredores do Vaticano os críticos sussurram. Incomoda-os que tenha abdicado de honrarias, que jante na cantina da Casa de Santa Marta, que toque as chagas dos mais desamparados, que surpreenda

e comova os Zaqueus. Há na Cúria quem sublinhe a sua condição de latino-americano afável, talvez “pretendendo reduzi-lo a uma personalidade folclórica”, como sugere Marco Politi. Mas, lembra o vaticanista, este “é o única Papa da era moderna que vem de uma metrópole. Ele não é do fim do mundo, vem de uma metrópole com mais de 15 milhões de habitantes, onde convivem

culturas, religiões e etnias diferentes”. Tivéssemos todos a sua coragem na denúncia do terrorismo e do tráfico de seres humanos, da escravidão nas suas múltiplas e renovadas formas, dos genocídios (também o da Arménia, sim, também o da Arménia. E como envergonha, ao homem de Esquerda que sou, o silêncio da Esquerda perante as atrocidades ou as perseguições de que são vítimas os cristãos, como tem acontecido por estes dias em África). Tivéssemos todos a coragem do Papa quando denuncia “o Alzheimer espiritual” da Cúria. A mesma Cúria que, como acredita Anselmo Borges, terá feito mais ateus e provocado mais abandonos da igreja do que Marx, Nietzsche, Freud e outros ateus juntos. Qual Zaqueu perdido na cidade, (a meu modo procurando um Deus que saiba dançar) esperaria eu mais, se me é lícito interpelar a casa de onde me ausentei? Sim, espero ainda mais: espero que a Igreja possa, mais cedo do que tarde, pedir perdão às mulheres. Teresa Toldy tem razão quando reclama esse pedido de perdão. Espero também que os homossexuais deixem de se sentir estigmatizados pela Igreja ainda que o estigma seja acompanhado de uma, nesse contexto, ambígua e lamentável, palavra condoída.

Certa vez, entrei na Sé Catedral de Viseu e sentei-me a escutar o canto gregoriano que soava de uma coluna próxima. A luz desse dia de verão, coada pelos vitrais, batia-me no rosto e adormeci. Acordei com um toque discreto de uma mulher a quem a minha roncopatia perturbara o recolhimento e a oração. No dia seguinte, escrevi uma crónica na rádio penitenciando-me por ter sobressaltado a sesta dos anjos. Sempre que me lembro deste episódio é como se ouvisse canto gregoriano. Ferreira Gullar, grande poeta brasileiro, Prémio Camões, ateu confesso, disse ao jornal “O Globo”, há uns bons quinze anos: “O homem inventou tudo, até Deus. E, porque inventou Deus, o homem criou coisas maravilhosas. As grandes catedrais, a música, a pintura. Deus deu grandeza ao homem. Se o homem se considerasse simplesmente um bicho, ele não construiria Chartres. Essa grandeza foi também a da Revolução, a da crença na justiça”. Para Gullar, “uma das razões da decadência da arte contemporânea é a perda dessa

grandeza”. “Sou ateu”, diz ele, “mas prefiro um religioso a um cretino cujo único objectivo é consumir. O homem aspira à transcendência”.

Chegou há pouco às livrarias portuguesas, editado pelas Paulinas, o livro “O meu Deus é um Deus ferido”, que o teólogo checo Tomás Halik começou a escrever no eremitério de um mosteiro contemplativo na Renânia, durante o verão de 2008. O livro foi concluído em Setembro desse mesmo ano, durante as visitas que fez a Jerusalém e a Auschwitz. Tomás Halik, uma das figuras mais interventivas da chamada “Igreja do Silêncio”, conta nesse livro que certa vez, numa catedral indiana, “ainda mergulhada na penumbra, silenciosa e quase vazia”, leu a passagem do Evangelho de João sobre a incredulidade de Tomé, cujo túmulo ali é venerado, e como esse texto se iria abrir de novo para si de um modo inteiramente diferente e ainda mais profundo.

“Ninguém pode arrebatá-me a esperança de que “o Deus dos outros” seja, em última instância, também “o meu Deus”. Porque o Deus em que acredito, diz o teólogo checo, “é igualmente o Deus daqueles que não conhecem o nome com que eu o invoco”. Halik encontra a verdadeira tensão da sua fé no facto de não se considerar “em condições de proferir as palavras “Meu Deus” se não vir as Suas chagas”. Porque, como ele confessa, o seu coração e a sua fé pertencem “apenas ao Deus que pode mostrar as suas chagas”. Por isso ele toma para uma das epígrafes do livro uma frase de São Gregório Magno: “A incredulidade de Tomé é mais útil à fé do que a fé dos discípulos que acreditam”. Também eu creio que não há dúvida mais fundadora de um caminho. É o caminho das pedras.

Um ano antes deste livro, Halik escrevera um outro, editado em Portugal em 2012, também pelas Paulinas, com o título “Paciência com Deus”. Nesse livro, começa por dizer que concorda com os ateus em muitos aspectos, “muitas vezes em quase tudo” (excepto, claro, “no que diz respeito à sua não crença de que Deus existe”). Escreve este homem, ordenado sacerdote na clandestinidade: “Com a minha fé cristã, por vezes, sinto-me mais próximo dos cépticos, dos ateus, dos agnósticos”. Confessa que partilha com certo tipo de ateus “um sentimento de ausência de Deus no mundo”, ainda que considere a sua interpretação de tal sentimento “demasiado precipitada, como que uma expressão de impaciência”. Ele propõe a paciência como método, sublinhando que existe algo em comum entre o ateísmo, o fundamentalismo religioso e o entusiasmo por uma fé demasiado

fácil. E esse algo em comum é, no seu entender, a “rapidez com que se abstraem do mistério ao qual chamamos Deus. As três abordagens são, para ele, inaceitáveis, porque, escreve Halik, “nunca se deve considerar o mistério resolvido”. Ele considera que “há poucas coisas que apontem para Deus e apelem tão instantaneamente a Deus como a experiência da sua ausência”. Mais: sustenta que “sem a dolorosa experiência de um mundo sem Deus é difícil apreender o sentido da busca religiosa”. E assegura que não pretende “dizer aos ateus que eles estão errados, mas que têm falta de paciência”. Halik não pretende dizer-me que eu estou errado, mas que tenho falta de paciência. Nada mais certo, ainda que eu possa estar errado. A impaciência tem sido o meu bordão neste caminho. A impaciência que não contorna a dúvida nem desiste da pergunta. No livro de Tomás Halik é evocada a história de Zaqueu, o chefe dos cobradores de impostos, a quem Jesus se dirige depois de atravessar a multidão que o aclamava em Jericó. Zaqueu, aquele que observa, escondido entre os ramos de uma figueira. Halik escreve que a Igreja tem sido incapaz de abordar os seus Zaqueus de modo semelhante. Ele observa:” Há muitos Zaqueus entre nós. O destino do nosso mundo, da nossa Igreja e da sociedade depende - mais do que estamos dispostos a admitir - do modo como esses Zaqueus serão seduzidos ou não”. Ao contrário de muitos, Halik não considera que a distância mantida pelos Zaqueus seja um sinal de arrogância mas de timidez: “Em certos casos, escreve ele, a razão para a sua aversão às multidões, de modo particular às que usam slogans e estandartes, vem de suspeitarem que a verdade é demasiado frágil para ser cantada na rua”.

Muitas vezes, marchando entre a multidão em manifestações de rua, me tem soado estranha e incômoda a repetição de slogans que, de tão brandidos, se esvaziam de sentido. E sigo em silêncio. Do mesmo modo, sempre que regresso a uma igreja durante uma celebração (por exemplo, participando numa missa em memória de um morto querido) sinto esse desconforto com a fala repetida, a frase batida que parece perder brilho nos lábios, espécie de tabuada da alma em voz alta. E sempre permaneço em silêncio, mas dou comigo tacteando a possibilidade de uma prece aflita e atabalhoada. Não gosto de palavras de ordem. Nem de orações alinhavadas como uma cantilena. A prece que ousa formular é sempre um tumulto, uma desordem feita de palavras incertas, de uma hesitação que avança, de uma pergunta.

Halik conta que, certo dia viu na parede de uma estação de metro em Praga, a inscrição “Jesus é a resposta”. Entretanto outra pessoa acrescentara (com toda a propriedade, observa o teólogo) as seguintes palavras: “Mas qual era a pergunta?”. A propósito, ele cita o filósofo alemão Eric Voegelin para quem “o maior problema para os cristãos de hoje não é o facto de não terem as respostas certas, mas de se terem esquecido de qual era a pergunta para a qual eles próprios eram a resposta”. E Halik conclui: Enquanto procuramos Zaqueu temos muitas vezes de passar dos problemas para o mistério, de respostas aparentemente definitivas, para infinitas interrogações”. Como lembrava Anselmo Borges, esta Páscoa, em entrevista ao “Expresso”, “Deus estará sempre presente, pelo menos como pergunta”.

Por vezes, mesmo sem me esconder atrás da figueira, sinto-me na pele de Zaqueu. Serei, talvez, aquilo a que Adília Lopes chama um “cristão triste”. Assim pudesse tomar como minhas as palavras do poema “Zaqueu”, de Daniel Faria: “A árvore foi a forma de te ver/ e descí para abrir a casa./ De me teres visitado e avistado entre ramos/ fizeste-me passagem./ Da folha ao voo do pássaro/ do sol à doçura do fruto./ Para me encontrares me deste/ a pequenez”. A poesia de Daniel Faria, ou de José Tolentino Mendonça, os livros de Halik, de Herbert Haag ou de Anselmo Borges, querido amigo e mestre, chamam-me para a igreja de que tenho saudades. Com frequência eles vão no meu saco quando entro numa igreja vazia ou me sento à beira do rio, e me entrego ao “silêncio do mundo”. Com o mesmo estado de alma partilho agora os versos finais de um poema de Jorge de Sena que só conheci na magnífica Antologia “Verbo: Deus como Interrogação na poesia portuguesa”, uma selecção de Pedro Mexia e José Tolentino Mendonça que a Assírio e Alvim editou no Verão passado

(...)

Senhor: não peço mais do que o silêncio do mundo, o silêncio dos astros, o silêncio das coisas que outros homens fizeram, e o das coisas que eu próprio fiz. E o teu silêncio de senhor que foi. Não peço mais. Não é nada o que peço. Dá-me o silêncio. Dá-me o que não fui: silêncio (porque calei tanto): o que não sou (pois que calo tanto): o que hei de ser (já que falar não adianta): silêncio. Senhor: não peço mais.

No último 13 de Março, Dia Mundial do Sono, lembrei numa

crónica de rádio que precisamente dois anos antes um homem veio à varanda de São Pedro e disse “boa noite”. Tinha o ar de quem terminara uma sesta e abrira uma janela sobre a praça. Mas as palavras que não mais deixou de nos dizer vinham afinal sacudir-nos, acordar-nos.

Passado um mês, ele disse aos que o saudavam nessa praça: “Não queremos cristãos adormecidos. A vida dos cristãos adormecidos é triste. Não adormeçamos”. Ao longo destes dois anos, ele enfrentou fariseus e lobos com o ar de quem não dispensou uma sesta retemperadora. Não lhe detectamos sinais da síndrome das pernas inquietas. Mas é possível que se sinta exausto. Que por delicadeza não tenha repetido o primeiro pedido que nos fez: rezem por mim. Mas se sinta exausto. Ele é o homem que nos diz: “Não adormeçamos”. Não permitamos que os lobos o molestem.

Fernando Alves